

PRÁTICAS COMUNITÁRIAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA

ANIZAURA LÍDIA RODRIGUES DE SOUZA
MARCELA SILVA REGGIANI
RAFAELLA SILVEIRA SOUZA

RESUMO

Esse trabalho é fruto de ações desenvolvidas no Projeto de Extensão “Intervindo em Comunidades e a disciplina Psicologia Comunitária, ofertados aos alunos de Psicologia do Unileste. As atividades consistiram em acompanhar ao longo de um semestre o trabalho do psicólogo responsável pelo projeto ProJovem, mantido por um Centro de Referência Social – CRAS. O intuito do ProJovem é oferecer atividades educativas ou até mesmo culturais aos adolescentes. O trabalho possibilitou reflexões no modo de ser do aluno-extensionista, assumindo maior compromisso com o seu processo de formação.

Palavras chaves: Psicologia Comunitária; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); ProJovem

INTRODUÇÃO

As ações descritas nesse trabalho são fruto da prática curricular obrigatória da disciplina Psicologia Comunitária, desenvolvida em parceria com o Projeto de Extensão “Intervindo em Comunidades” do Unileste, um Centro Universitário privado em Minas Gerais. Essa parceria se deve à contribuição de SIVERES (2008), em que o autor aponta a prática da extensão, como tendo sua finalidade voltada para a educação, visando contribuir na identidade institucional. A mesma compreende um processo de aprendizagem que tem por objetivo motivar uma trajetória que, juntamente com ensino e pesquisa, demande uma significativa aprendizagem para os extensionistas.

Para atender a proposta as discentes-extensionistas escolheram um Centro de Referência Social – CRAS, localizado na região do Vale do Aço para acompanhamento do trabalho do profissional de psicologia. O CRAS escolhido possibilitou a oportunidade de conhecer sobre a dinâmica de trabalho dos profissionais que atuam no ProJovem, um projeto ofertado por esse centro. A opção pela não identificação do CRAS referido objetiva preservar a identidade dos profissionais e adolescentes envolvidos por esse trabalho.

Todas as ações foram orientadas pela professora da disciplina e coordenadora do projeto de extensão e também foram acompanhadas pelo psicólogo e a pedagoga do campo prático. Observamos as ações dos adolescentes inscritos nos coletivos do ProJovem, definidos como grupos formados pelos CRAS afim de que os mesmos desenvolvam “*uma série de atividades,*

articuladas em percursos sócio-educativos, tendo como eixos estruturantes a convivência social, o mundo do trabalho e a participação cidadã” (BRASIL).

A adolescência é basicamente tanto um fenômeno psicológico quanto social. Essa maneira de compreensão traz elementos importantes de reflexão, nesse caso, sendo um processo psicossocial, a adolescência também gera diferentes particularidades conforme o ambiente econômico, social e cultural em que o adolescente está inserido e desenvolvendo (Outeiral, 2003). O CRAS apresenta a possibilidade de oferecer atendimento tanto para os adolescentes inscritos nos coletivos quanto para as famílias desses adolescentes, para que eles tenham acesso aos seus direitos. A unidade tem como umas das principais atuações: articular e fortalecer a rede de Proteção Social e Prestar serviços de Proteção Social Básica para as famílias em risco.

O intuito do CRAS é oferecer atividades educativas ou até mesmo culturais aos adolescentes, para que eles possam ter um melhor aprendizado em relação à vida escolar e cotidiana. Como exemplo, o ProJovem, que tem como foco o retorno e a permanência dos jovens no ensino; o fortalecimento tanto da convivência familiar quanto comunitária. Essas atividades são desenvolvidas com o intuito de estimular a convivência social e também a formação geral para o mercado de trabalho. Algumas dessas atividades são exercidas pelo psicólogo.

O psicólogo atuante no CRAS deve direcionar o seu trabalho para a prevenção e terapêutica das situações de sofrimento procedente do processo sócio-econômico, ao qual estão expostos os usuários do serviço.

O psicólogo então deve basear suas ações no CRAS a fim de *promover autonomia do sujeito vitimizado, de desnaturalizar a violação de seus direitos e de propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais*. Atua no campo simbólico visando o fortalecimento pessoal contribuindo para a inserção social do sujeito (REDE PSI, 2004).

“ o ProJovem, que tem como foco o retorno e a permanência dos jovens no ensino; o fortalecimento tanto da convivência familiar quanto comunitária ”

Diante do exposto, este trabalho possibilita uma reflexão vinculada às práticas realizadas nos CRAS. É necessário ter um olhar diferenciado em relação a esses adolescentes inscritos no ProJovem e que fazem uso da bolsa família, pois a realidade vivenciada por eles é singular. Sua vida social conseqüentemente se mistura as atividades do ProJovem, pois eles passam uma parte do dia na escola e outra parte em convívio com outros adolescentes da mesma situação, o que faz com que desenvolvam vínculos sólidos com o programa. O trabalho desenvolvido pelo CRAS se orienta em uma tentativa de aproximação entre os adolescentes e a realidade social ao seu entorno oferecendo a eles oportunidade de participarem de oficinas de dança, futsal, grafite e jiu-jitsu, como também atividades de cunho pedagógico, orientações escolares, familiares e comunitárias.

BREVE REVISÃO DE LITERATURA

A Psicologia Comunitária e as Atribuições do Psicólogo Comunitário

A Psicologia Comunitária é uma área da Psicologia Social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários. Visa o desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que caminha junto ao desenvolvimento dos grupos e da comunidade. Seu objeto de estudo central é a

transformação do indivíduo em sujeito (Reis, 2011; Campos, 1996).

Reis (2011) ainda aponta que no início da Psicologia Comunitária, as pessoas poderiam entender a atuação do psicólogo nas seguintes situações: ambiente desprovido de recursos e sem infra-estrutura; esse profissional indo de encontro à população, que geralmente desconhece esse trabalho e suas possibilidades de ajuda; ou ainda pensariam no psicólogo indo a lugares como favelas, cortiços, bairros de periferia, associações de bairros, grupos de mulheres, jovens, terceira idade, menores de rua, ou grupos marginalizados.

A formação do psicólogo no Brasil tem passado por muitas mudanças tanto por questões epistemológicas quanto de atuação. Antigamente a atuação do psicólogo era voltada praticamente para as áreas da Psicologia Escolar, Clínica e Organizacional, com o enfoque clínico. Atualmente as ações extrapolam o âmbito clínico abrangendo as áreas das organizações e do trabalho, do ensino, hospitalares, do esporte, jurídicas e forenses, não se restringindo a apenas um aspecto de atuação (Mota e Gota, 2009).

Nota-se observando a literatura sobre a história e o desenvolvimento da Psicologia, que desde os seus primórdios, ela era vista como sendo somente clínica. Esse era seu enfoque, ela começou dessa forma e se desenvolveu nessa área por muito tempo. Tempos depois é que a Psicologia foi se ramificando para as áreas que hoje conhecemos. Mas mesmo com essa evolução, a Psicologia Comunitária permanecia sem reconhecimento. Eram poucos os profissionais que se interessavam por essa nova área, e os que se interessavam, não divulgavam o que faziam. Com isso os trabalhos desenvolvidos em comunidades assumiam um caráter um tanto quanto clandestino e assistencialista. Mas com as demandas na área comunitária aumentando cada vez mais, a Psicologia Comunitária foi ganhando notoriedade com a emergência dos trabalhos desenvolvidos nas

comunidade. Diminuindo então as dificuldades quanto à aceitabilidade ou permissividade do trabalho; aumentaram as condições para se efetuar reflexões e análises sobre os aspectos interiores a essa prática. Institucionalizou-se o espaço para a atuação do psicólogo junto aos diversos setores e segmentos da população.

O psicólogo pode atuar em trabalhos com equipes multidisciplinares que estabeleçam procedimentos práticos de acordo com a demanda social e possibilidades de ação. A promoção desse envolvimento tem sido feita exatamente através da busca de uma definição pela própria comunidade das prioridades de atuação.

O psicólogo não atua como um profissional que toma iniciativas para solucionar certos problemas, tornado possível que o indivíduo social seja produtor tanto das metodologias de desenvolvimento quanto da própria cultura e sim busca facilitar o processo da autogestão. Com isso, propicia para uma tentativa de reconstrução de um novo modelo para uma melhor compreensão dos fenômenos psicossociais. (Reis, 2001).

Para que se possa contribuir com uma vida psicológica mais saudável, é necessário que o trabalho a ser desenvolvido não se fixe somente na esfera do individual e do particular, mas que ao mesmo tempo, adquira uma perspectiva de apreensão da realidade. Na especificidade do trabalho das práticas psicológicas, fazer isso significa atuar dentro de uma perspectiva da Psicologia Social, em uma visão sócio-histórica, junto às relações que são vivenciadas na esfera do cotidiano, eliminando as posturas reducionistas, psicologizantes e a-históricas sobre os processos psicossociais.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade

pública estatal descentralizada orientada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ele atua como principal entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por abranger e atender a vários territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2010).

“ O psicólogo não atua como um profissional que toma iniciativas para solucionar certos problemas, tornando possível que o indivíduo social seja produtor tanto das metodologias de desenvolvimento quanto da própria cultura e sim busca facilitar o processo da autogestão. ”

Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS tem a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, a fim de promover a organização e a articulação das unidades que são de sua responsabilidade e o gerenciamento dos processos nele envolvidos (BRASIL, 2010).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço ofertado pelo CRAS, cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um trabalho contínuo que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo o rompimento de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O município fica com a responsabilidade de identificar os territórios com vulnerabilidade social e implantar o CRAS, que sejam instalados com facilidade de acesso tanto para a população quanto para os profissionais. Cada CRAS deve contar com uma equipe multidisciplinar para execução das tarefas, contendo: assistente social, psicólogo, auxiliar administrativo, coordenador, pedagoga, dentre outros. Com relação os estagiários, podem ser aceitos graduandos de Psicologia e de cursos de

Serviços Sociais. Para que a relação instituição de ensino superior e CRAS sejam benéficas, cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) buscar estabelecer convênio com a instituição de ensino superior para que possa ocorrer a inclusão dos estagiários na equipe de trabalho do CRAS.

O ProJovem

O ProJovem Adolescente na Política Nacional de Assistência Social – PNAS

O ProJovem Adolescente Serviço Socioeducativo integra a Política Nacional de Assistência Social, política pública de proteção social de caráter universal, que se realiza por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que é composto por uma rede interligada e orgânica de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Sua principal diretriz é complementar a proteção social à família, a partir do apoio direto aos jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, vinculados ou egressos de programas e serviços de Proteção Social Especial (Brasil, 2010).

O serviço busca assegurar: **segurança de renda**, cujo objetivo é garantir que todo cidadão brasileiro, independentemente de ter vínculos ou não com trabalho, tenha acesso à provisão material necessária para suprimento de suas necessidades básicas, por meio do acesso aos benefícios socioassistenciais e a outras formas de transferência de renda; **segurança de acolhida**, que visa garantir o direito das pessoas de serem atendidas por um profissional qualificado, obter informações sobre direitos e como acessá-los em casos de abandono, fragilização ou perda de vínculos familiares ou em situações que impeçam a convivência e a permanência na família; os serviços de acolhida operam na atenção às necessidades humanas de abrigo, reforço (ou construção) de vínculos familiares, proteção à

vida, alimentação e vestuário; **segurança do convívio**, que tem por foco a garantia do direito constitucional à convivência familiar e à proteção à família, com vistas ao enfrentamento de situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, situações discriminatórias e estigmatizantes, por meio de ações com foco no fortalecimento da auto-estima, dos laços de solidariedade e dos sentimentos de pertença e coletividade (BRASIL, 2008).

O ProJovem Adolescente articula um conjunto de ações dos dois âmbitos da proteção social, básica e especial, e busca desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Destina-se a jovens de famílias em condições de extrema pobreza e àqueles que estão marcados por vivências resultantes de diferentes circunstâncias de riscos e vulnerabilidades sociais – retirados de situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência doméstica, abandono, negligência e maus tratos – e alguns em situação de conflito com a lei, cumprindo (ou tendo cumprido) medidas socioeducativas em meio aberto.

De forma preventiva e potencializadora do papel de referência e contra-referência do CRAS, o ProJovem Adolescente visa contribuir para fortalecer as condições de autonomia das famílias e dos jovens para que possam gerir seu processo de segurança social.

O ProJovem Adolescente, como serviço socioeducativo, apóia-se em duas importantes bases do SUAS: **matricialidade sociofamiliar**, que considera a capacidade protetiva e socializadora da família em relação aos jovens em seus processos peculiares de desenvolvimento, assim como leva em conta a necessidade de que as políticas públicas compreendam a família como portadora de direitos e de proteção do Estado; **territorialização**, o serviço deve ser ofertado próximo à moradia dos jovens e suas famílias. Outro fato a destacar é a **intersetorialidade dos serviços**

socioassistenciais que diz respeito à: oferta tanto do Serviço Socioeducativo do ProJovem Adolescente, como de outras políticas públicas básicas; socialização e democratização do acesso a esses serviços e benefícios, e; articulação e funcionamento intersetorial dos serviços, como condições para sua universalidade de acesso e de ampliação dos direitos de cidadania das pessoas (BRASIL, 2008).

O conjunto de necessidades decorrentes da pobreza e dos processos de exclusão social e vulnerabilidades sociais, aliado às necessidades peculiares do desenvolvimento dos jovens em seu ciclo de vida, exigem ações que vão além da transferência de renda e bens materiais. Trata-se de relacionar serviços e benefícios que visam prevenir riscos e contribuir para o reforço da auto-estima dos jovens, o desenvolvimento de sua autonomia e capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação de seu acesso e utilização da cultura e dos bens sociais.

O caráter principal do ProJovem é constituído por ações de proteção social que visam realizar um conjunto de bens sociais, serviços e benefícios não materiais. O Serviço Socioeducativo do ProJovem Adolescentes além do fortalecimento da convivência familiar e comunitário; o retorno e a permanência dos adolescentes no ensino integram-se também outras estratégias de ação voltadas para as famílias, dentre elas, o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF; Programa de Bolsa Família- PBF, que são ações implementados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que são voltadas tanto para os jovens, as famílias e a própria comunidade que eles moram (BRASIL, 2008).

O ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, apóia diretamente o jovem, complementando a proteção social à família, por meio de ações que ofereçam alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social decorrente das

condições de pobreza e das desigualdades sociais, que afligem milhares de famílias das várias regiões do nosso país.

Estrutura do ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo

O ProJovem Adolescente oferece um espaço de convivência social voltada ao desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições para atuação crítica e proativa no seu meio social e no mundo do trabalho. Orienta-se para o incentivo ao retorno e à permanência do jovem na escola, o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários, a ampliação do acesso às políticas públicas, o fortalecimento de sua autonomia e o estímulo ao seu protagonismo social (Brasil, 2008).

O ProJovem Adolescente se organiza em dois ciclos anuais – Ciclo I e Ciclo II com Coletivos de Jovens (grupos de 25 jovens), sob a responsabilidade de um Orientador Social e de um ou mais Facilitador de Oficinas, sempre com o acompanhamento e a supervisão do Centro de Referência de Assistência Social.

- O Ciclo I tem por objetivo tornar o Coletivo de Jovens um espaço de formação e convívio afetivo, lúdico e solidário para os jovens, gerando oportunidades para o desenvolvimento de criatividade que instigam novos interesses. As ações socioeducativas devem favorecer novos conhecimentos sobre cultura, direitos humanos e socioassistências, esportes e lazer, meio ambiente, saúde e trabalho e valorizar a ação e a reflexão sobre valores éticos e estéticos.
- O objetivo do Ciclo II é consolidar o Coletivo de Jovens como espaço de formação que aprofunda a orientação e a formação para o mundo do trabalho; promover a inclusão digital e as tecnologias de comunicação e ampliação dos conhecimentos adquiridos no Ciclo I, se direcionando para o desenvolvimento dos jovens através de projetos de interesse coletivo que

representem experiências de exercício da cidadania.

METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho foi necessário que a priori tivéssemos aulas teóricas sobre a Psicologia Comunitária, com acesso a literaturas que conceituavam esse termo e a prática do psicólogo nessa área.

Foram realizados encontros ao longo de um semestre, intercalados entre supervisão e prática, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com duração de 2hs cada um. Esses encontros tiveram como objetivo a observação e acompanhamento da atuação do psicólogo nas atividades oferecidas, aos coletivos (dança, jiu-jitsu, futsal e grafite), pelo ProJovem. Além da observação juntamente com o psicólogo responsável, foram feitos outros acompanhamentos desses coletivos, como na Orientação Social, realizado pela pedagoga.

No primeiro encontro, realizado com o coletivo de dança contendo 15 adolescentes, o psicólogo apresentou um vídeo curta metragem intitulado: “Maré Capoeira”. O vídeo apresenta possibilidades de articulação, organização, desenvolvimento de projetos, como forma do adolescente identificar as etapas do trabalho em uma atividade no seu dia-a-dia e na seqüência foi mostrado alguns slides (Trabalhando a Formação Profissional) que continham o subtítulo: “Pesquisando e Aprendendo sobre a capoeira”. Os slides tinham uma relação com o tema capoeira, mostrando que os movimentos da capoeira tinham características da matemática, dentre outras. Após os slides, o psicólogo distribuiu folhas, para que os adolescentes relatassem a atividade e em seguida foi realizada uma discussão sobre o que foi realizado.

No segundo encontro, realizado com o coletivo de dança e de futsal, acompanhado pela pedagoga do CRAS, a mesma apresentou os projetos que seriam realizados conforme descritos no Plano de Ação (PA)

que tinha como tema: Partilhando idéias. Incluído nessa atividade, os adolescentes tiveram que fazer um bolo com 30 reais até o final do horário proposto pelo CRAS. Afinal, o bolo ficou pronto no horário previsto. No mesmo encontro, também foi apresentado aos adolescentes às técnicas para promover a inserção no mercado de trabalho. Com coletivo de dança especificamente, foi discutido o cronograma da dinâmica, que seria realizado junto com a comunidade ao longo da semana.

No terceiro encontro, a pedagoga apresentou para o coletivo de jiu-jitsu e grafite a exibição de outro vídeo: “Som da Rua/ Mestre Nado – Dinâmica II - Aprendendo com o Som de Barro”. Foi solicitado aos adolescentes que escrevessem a profissão que gostariam de exercer no futuro; descrever quais características da profissão e justificar a escolha.

No quarto encontro, ao chegarmos no CRAS, fomos informadas que os coletivos de dança e futsal estavam sendo realizados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), acompanhados pelo psicólogo responsável. Aguardamos o retorno dos adolescentes e acompanhamos o feedback dos mesmos. Estimulados pelo psicólogo e pela pedagoga, os adolescentes foram descrevendo a visita realizada e a percepção que cada um teve do ambiente e das pessoas que lá estavam. Alguns relataram o sentimento de dó e outros medo. Mas para uma minoria esse ambiente não lhes causou espanto, pois já estavam familiarizados com pessoas com necessidades especiais.

A partir das informações coletadas foi proposto que o coletivo de dança montasse uma coreografia e ensinassem aos alunos da APAE, para uma possível apresentação. Ao coletivo de futsal foi oferecida a idéia de um jogo entre eles e os alunos da APAE, pois no mesmo encontro esse coletivo se queixou de não haver campeonatos. A pedagoga encarou a ida dos adolescentes a APAE como uma evolução, mas ressaltou a necessidade de

haver um acompanhamento psicológico, para que os mesmos se preparem melhor para a próxima visita e consigam lidar melhor com a diferença, visando uma melhor integração entre os trabalhos propostos.

No quinto encontro os coletivos de dança e futsal se encontravam na sala de informática, onde realizavam uma atividade proposta pelo livro de orientação do ProJovem. A atividade consistia na criação de um e-mail para cada um e também a criação de um blog para cada coletivo. A atividade propunha que os adolescentes tivessem contato com o mundo virtual. Para a criação do e-mail foi explicado que “o *e-mail* pode ser um importante instrumento para o exercício da cidadania, como cobrar atitudes de representantes políticos, fazer denúncias ou reclamações em órgãos de defesa do consumidor, entre outros” (BRASIL 2009).

Na data prevista para o acontecimento do sexto encontro, não houve a realização de atividades do ProJovem, pois o psicólogo foi enviado a uma reunião da coordenação do projeto.

Para finalizar a realização das práticas, houve uma última visita para que fosse entregue a carta de agradecimento e descrição da aprendizagem alcançada. Um questionário de avaliação de satisfação, formulado pela coordenadora do projeto também foi aplicado ao psicólogo, com o intuito de obtermos críticas ou sugestões de aprimoramento para sequência de novas atividades nas oportunidades vindouras. A ficha de avaliação indicou um grau positivo de satisfação da parceria realizada e não houve manifestação quanto às sugestões de melhoria ou críticas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas possibilidades de intervenção, as propostas de trabalho em psicologia social comunitária devem contribuir para a reflexão política a respeito da inserção e papel do profissional, assim como para a detecção de alternativas voltadas à formação de

consciência e ao desenvolvimento de redes comunitárias solidárias (Freitas, 1999).

Apesar dessa responsabilidade atribuída ao trabalho do profissional de psicologia, ao longo das observações não foi possível perceber os impactos das atividades praticadas pelo CRAS em benefício dos adolescentes. Não identificamos modificação concreta, (re)construção ou inovação de modelos e paradigmas dos adolescentes com as ações desenvolvidas pelo programa, que são orientadas pelos manuais e planos de ação a serem seguidos. Esse dado pode ser justificado pelo fato de termos acompanhado os trabalhos em um período de tempo inferior ao ideal necessário para promoção de mudanças e avaliações. Mas notou-se a fragilidade do programa quanto à utilização de métricas que possam servir como indicadores de ajustes, potencialidades ou fragilidades no desenvolvimento das atividades propostas.

A realidade presenciada no CRAS nos mostrou que as ações desenvolvidas assumem características particulares àquele CRAS, em função dos profissionais envolvidos, a coordenação ou responsáveis, localização geográfica ou comunidade ao entorno imprimindo um modo de ação singular que pode diferir dos demais CRAS instalados em um mesmo município.

As impressões colhidas apontam para uma falta de clareza no que confere ao trabalho do psicólogo nesse programa. A proposta de ações interdisciplinares entre os profissionais lá vinculados, o psicólogo, a pedagoga e a assistente social se confundem não planejamento, implementação e execução das ações, sinalizando que podem ser conduzidas por aquele que se encontrar disponível no momento, não respeitando as especificidades de cada área de formação.

As observações também possibilitaram perceber um distanciamento do psicólogo sobre a elaboração das atividades. Os auxiliares técnicos que trabalham diretamente com os programas também não têm acesso ao seu planejamento, o que conseqüentemente ocasiona uma perda

quanto ao alcance dos objetivos dessas ações, inviabilizando os processos de conquista e emancipação idealizados pelo programa, num indicativo de que as ações acontecem desarticuladas dos objetivos norteadores do CRAS.

Apesar das fragilidades descritas, acredita-se que o Projovem, trás muitas contribuições para a vida dos adolescentes. Como por exemplo, o desenvolvimento educativo, através da informática e oficinas de trabalhos manuais e também o desenvolvimento familiar, com atividades voltadas para o relacionamento em casa e nos ambientes sociais.

“ As observações também possibilitaram perceber um distanciamento do psicólogo sobre a elaboração das atividades ”

A prática realizada sinalizou às extensionistas uma maior necessidade de se comprometer com o processo de formação acadêmica e social, entendendo que o trabalho do profissional de psicologia deve se voltar para as demandas sociais cada vez mais emergentes com ações efetivas que promovam a emancipação dos sujeitos e a emergência da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações realizadas viabilizaram a inserção das alunas em uma prática institucional oferecendo suporte teórico-técnico e capacitando quanto ao trabalho do Psicólogo Social Comunitário. Serviram como um elo para uma compreensão das demandas indicadas pelos adolescentes e a responsabilidade acadêmica na busca para solucioná-las com o rigor científico.

A vivência no projeto de extensão possibilitou campos de reflexão entre os demais extensionistas, conhecimento sobre outros campos de atuação através de ações integradas que permitem aprimorar a atenção

à comunidade, privilegiando intervenções coletivas e grupais objetivando a inclusão social, melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Sugerimos que novos trabalhos possam ser desenvolvidos no CRAS observado, ampliando as ações aos profissionais que dele fazem parte, possibilitando a reflexão sobre a responsabilidade que lhes cabe junto a esses programas, impulsionando o desenvolvimento de ações mais efetivas que beneficiem a comunidade assistida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional De Assistência Social. **Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo I “Criação do Coletivo”**. Brasília. Junho, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional De Assistência Social. **Caderno do Facilitador da FTG - Ciclo II - Percurso Socioeducativo V “Coletivo Articulador-Realizador” – Formação Técnica Geral**. Brasília. 2009

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional De Assistência Social. **Traçado Metodológico**. Brasília.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-especial-basica/projovem-adolescente-15-a-17-anos/projovem>>. Acesso em: 18 de junho.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/prot_eaobasica/cras>. Acesso em: 24 de junho.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 6.ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1996. p. 09-80.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. O Quê Fazer? Reflexões Em Psicologia Social Comunitária. In: Paulo R. M. Menandro; Zeidi A . Trindade; Elizeu B. Borloti. (Org.). **Pesquisa Em Psicologia: Recriando Métodos**. 1 ed. Vitória: UFES, CAPES/PROIN, 1999, v. 1, p. 105-124.

MOTA, Saulo Tavares; GOTO, Tommy Akira. Plantão psicológico no CRAS em Poços de Caldas. **Fractal, Rev. Psicol.** vol.21 no.3 Rio de Janeiro Set./Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000300007&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2011.

OUTEIRAL, José. **Adolescer: estudos revisados sobre adolescência**. 2. ed., rev. atual. ampl. Rio de Janeiro, RJ: Revinter,2003.

REIS, Fabrícia Vieira dos. Psicologia Comunitária e Políticas Públicas: Fundamentos Teóricos, Metodológicos e Possíveis Áreas de Atuação no Mercado de Trabalho. **Psicologado Artigos**. Disponível em: <<http://artigos.psicologado.com/atuacao/p-psicologia-comunitaria/psicologia-comunitaria-e-politicas-publicas-fundamentos-teoricos-metodologicos>>. Acesso em: 17 maio. 2011.

SIVERES, Luiz. **A extensão como um princípio de aprendizagem**. Revista Diálogos. Brasília. v. 10, 2008. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266>>. Acesso em: jun. 2011.